

Sumário

SOBRE A COLEÇÃO LIEBMAN.....	5
AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	25
I. HISTÓRICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	27
1.1. Por que um Novo Código de Processo Civil?	28
1.2. As diretrizes básicas do Código de Processo Civil de 2015.....	43
1.2.1. Estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição da República	46
1.2.2. Criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa.....	50
1.2.3. Simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, por exemplo, o recursal.....	54
1.2.4. Dar todo o rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado.....	62
1.2.5. Imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão	71
II. JURISDIÇÃO E UNIVERSALIDADE DO DIREITO	79
2.1. A jurisdição e sua tradição.....	80
2.1.1. A distinção entre função jurisdicional e função administrativa	85
2.1.2. Jurisdição e execução.....	89
2.2. Escopos da jurisdição	90
2.3. Jurisdição e tutela jurisdicional	94
2.4. Novas ideias em torno da jurisdição	95
2.4.1. Arbitragem como jurisdição	100

2.4.2.	Meios autocompositivos e jurisdição	102
2.5.	Universalidade do direito	105
III.	ARBITRAGEM ENQUANTO MANIFESTAÇÃO JURISDICIONAL	107
3.1.	Evolução da arbitragem	107
3.2.	Natureza da arbitragem	111
IV.	INFLUXOS DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	115
4.1.	Antecedentes filosóficos	117
4.2.	Matrizes teóricas	119
4.3.	Premissas fundamentais da Análise Econômica do Direito Processual.....	131
4.4.	A evolução da Análise Econômica do Direito no Brasil.....	136
4.5.	Novas fronteiras em prol da eficiência: inteligência artificial no sistema jurisdicional brasileiro.....	153
4.5.1.	Processo judicial eletrônico, processamento e ferramentas de IA	153
4.5.2.	Sistema de precedentes e as ferramentas de IA como alavancas da otimização da sua efetividade	159
V.	DIÁLOGOS ENTRE INSTITUTOS DO CPC/2015 E A ARBITRAGEM NACIONAL.....	163
5.1.	Principiologia.....	164
5.2.	Arbitragem e precedentes	175
5.3.	Mecanismos de Indução de Comportamento em prol do Sistema	186
5.3.1.	Provas e teoria da carga dinâmica	186
5.3.2.	Tutelas de urgência e da evidência.....	190
5.3.3.	Sucumbência.....	200
5.3.4.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	202
5.3.5.	Sanções processuais	207
5.3.6.	Medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias....	209
	CONCLUSÕES.....	213
	REFERÊNCIAS	217